

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE

DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/2025

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao CARGO **001 – ANALISTA AMBIENTAL**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2025 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 01

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a questão apresenta mais de um item correto. Dessa forma, a mesma será anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 03

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a questão NÃO apresenta um item correto. Dessa forma, a mesma será anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 04

Improcedem as alegações do recorrente.

O único item correto é aquele que apresenta “Predicativo.”, dessa forma, a questão permanece sem mudança ou anulação.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 06

Improcedem as alegações do recorrente.

“à saúde” - Complemento nominal

O substantivo “riscos” é um nome abstrato que expressa ideia de ação (quem tem risco, tem risco de algo ou a algo).

A expressão “à saúde” completa o sentido do substantivo “riscos” e vem introduzida por preposição, sem ter função de agente. Logo, é um complemento nominal.

Fontes: Evanildo Bechara, Moderna Gramática Portuguesa (37ª ed., p. 544), Celso Cunha & Lindley Cintra, Nova Gramática do Português Contemporâneo (2017, p. 572)

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 07

Improcedem as alegações do recorrente.

O único item correto é aquele que menciona “Ele lembra como a pandemia de covid-19, em particular, acelerou a transição para o uso de bicicletas em lugares como Bruxelas, Barcelona e especialmente Paris.”, dessa forma, a questão permanece.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 08

Improcedem as alegações do recorrente.

O único item correto é aquele que menciona “Advérbio.”, sendo assim, permanecendo a questão

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 09

Improcedem as alegações do recorrente.

“Precisamos realmente desenvolver a ação coletiva em vez de nos concentrarmos em ações individuais.”

“em vez de” = expressão formada por preposição + substantivo + preposição. Introduz um termo que indica substituição ou oposição (“em vez de nos concentrarmos...” = “ao invés de...” → “no lugar de”).

Classificação: locução prepositiva.

FONTES: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa (37ª ed., p. 553):

“Locução prepositiva é o conjunto de duas ou mais palavras que exercem o valor de preposição, como: abaixo de, a fim de, em vez de, junto de, por causa de.”

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo (2017, p. 605);

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 10

Improcedem as alegações do recorrente.

O único item correto é aquele que menciona “Advérbio relativo.”. Dessa forma, o item permanece.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 13

Improcedem as alegações do recorrente.

“Os keyloggers registram tudo o que a pessoa digita no teclado, como senhas e dados bancários.” - Verdadeiro.

Keylogger = key (tecla) + logger (registrador) → registra tudo que é digitado, incluindo senhas e dados sensíveis.

“Os worms precisam estar anexados a um programa legítimo para se espalharem pela rede.” - Falso.

Essa é a característica dos vírus, não dos worms.

Os worms (vermes) se replicam sozinhos pela rede, sem precisar anexar-se a outros programas.

“Os trojans, ou cavalos de Troia, são programas maliciosos que se disfarçam como softwares legítimos, mas executam ações prejudiciais sem o conhecimento do usuário.” - Verdadeiro.

Exatamente a definição de cavalo de Troia — parece legítimo, mas realiza ações maliciosas em segundo plano.

“O ransomware é um tipo de malware espião que registra teclas digitadas para roubar senhas e dados.” - Falso.

Ransomware não espiona: ele sequestra dados e exige pagamento (resgate) para liberá-los.

Quem registra teclas é o keylogger, não o ransomware.

FONTES: CERT.br – Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil.

TANENBAUM, Andrew S.; WETHERALL, David J.

Redes de Computadores. 5ª ed. São Paulo: Pearson, 2011.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 15

Improcedem as alegações do recorrente.

“Conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes.” - Correta. Corresponde exatamente ao art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021.

FONTES: BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 17

Improcedem as alegações do recorrente.

Passo 1: Soma das notas

A média é 7, então a soma das notas é:

$$\text{Soma das notas} = 7 \times 7 = 49$$

Passo 2: Mediana

A mediana é a quarta nota, que deve ser 7.

Passo 3: Moda

As modas são 5 e 9, então essas duas notas devem se repetir mais de uma vez.

Passo 4: Organizar as notas

Com as informações de que a mediana é 7, as modas são 5 e 9, e a maior nota é 10, uma distribuição das notas que atenda a todas as condições seria:

$$\{4, 5, 5, 7, 9, 9, 10\}$$

Passo 5: Verificar a soma das notas

A soma das notas é:

$$4 + 5 + 5 + 7 + 9 + 9 + 10 = 49$$

A soma está correta.

Passo 6: Calcular a diferença entre a maior e a menor nota

A menor nota é 4 e a maior nota é 10. A diferença entre elas é:

$$10 - 4 = 6$$

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 19

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a questão NÃO apresenta um item correto. Dessa forma, a mesma será anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 20

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a questão NÃO apresenta um item correto. Dessa forma, a mesma será anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 21

Improcedem as alegações do recorrente.

Conforme DECRETO Nº 4.297:

Art. 6-A. O ZEE para fins de reconhecimento pelo Poder Público Federal deverá gerar produtos e informações nas seguintes escalas: (Incluído pelo Decreto nº 6.288, de 2007).

I - ZEE nacional na escala de apresentação 1:5.000.000 e de referência 1:1.000.000; (Incluído pelo Decreto nº 6.288, de 2007).

II - ZEE macrorregionais na escala de referência de 1:1.000.000 ou maiores; (Incluído pelo Decreto nº 6.288, de 2007).

III - ZEE dos Estados ou de Regiões nas escalas de referência de 1:1.000.000 à de 1:250.000, nas Macro Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste e de 1:250.000 a 1:100.000 nas Macro Regiões Sudeste, Sul e na Zona Costeira; e (Incluído pelo Decreto nº 6.288, de 2007).

IV - ZEE local nas escalas de referência de 1:100.000 e maiores. (Incluído pelo Decreto nº 6.288, de 2007).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 22

Improcedem as alegações do recorrente.

c) Centralizar a gestão dos produtos do ZEE em rede de dados governamental, garantindo sua atualização periódica e compartilhamento entre instâncias oficiais, resguardando do acesso público apenas as informações consideradas estratégicas ou sensíveis à integridade do território.

Conforme DECRETO Nº 4.297:

CAPÍTULO IV

DO USO, ARMAZENAMENTO, CUSTÓDIA E PUBLICIDADE DOS DADOS E INFORMAÇÕES

Art. 15. Os produtos resultantes do ZEE deverão ser armazenados em formato eletrônico, constituindo banco de dados geográficos.

Parágrafo único. A utilização dos produtos do ZEE obedecerá aos critérios de uso da propriedade intelectual dos dados e das informações, devendo ser disponibilizados para o público em geral, ressalvados os de interesse estratégico para o País e os indispensáveis à segurança e integridade do território nacional.

Art. 16. As instituições integrantes do Consórcio ZEE-Brasil, criado pelo Decreto de 28 de dezembro de 2001, constituirão rede integrada de dados e informações, de forma a armazenar, atualizar e garantir a utilização compartilhada dos produtos gerados pelo ZEE nas diferentes instâncias governamentais.

Art. 17. O Poder Público divulgará junto à sociedade, em linguagem e formato acessíveis, o conteúdo do ZEE e de sua implementação, inclusive na forma de ilustrações e textos explicativos, respeitado o disposto no parágrafo único do art. 15, in fine.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 25

Improcedem as alegações do recorrente.

d) A atuação de espécies-chave cujo efeito na comunidade excede a previsão baseada apenas em sua abundância.

Conforme Cain, Michael L. Ecologia [recurso eletrônico] / Michael L. Cain, William D. Bowman, Sally D. Hacker ; revisão técnica: Fernando Joner, Paulo Luiz de Oliveira. – 3. ed. - Porto Alegre : Artmed, 2018.:

CONCEITO 21.4 Teias alimentares são modelos conceituais de interações tróficas de organismos em um ecossistema. •Teias alimentares são diagramas que representam as diversas interações tróficas entre as espécies em um ecossistema. •Embora as interações tróficas sejam extremamente complexas, as teias alimentares podem ser simplificadas pelo foco nas interações mais fortes entre os organismos componentes. •Espécies-chave produzem maiores efeitos no fluxo energético e na composição das comunidades do que sua abundância ou sua biomassa poderia prever. •Efeitos indiretos de um predador sobre presas específicas, incluindo seus efeitos em outras espécies com as quais competem, facilitam ou modificam o ambiente das espécies-alvo, podem compensar ou reforçar os efeitos diretos da predação nas espécies-alvo. Esses efeitos indiretos podem ter importantes efeitos estabilizadores sobre teias alimentares inerentemente instáveis.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 28

Improcedem as alegações do recorrente.

d) privilegia a alocação seletiva de recursos analíticos para elementos determinantes, reduzindo a atenção a fatores de influência marginal.

Conforme IBAMA (https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2020/ibama-lanca-guia-de-avaliacao-de-impacto-ambiental-para-licenciamento-de-linhas-de-transmissao/20201229Guia_de_Avaliacao_de_Impacto_Ambiental.pdf):

Há princípios que regem a boa prática de AIA que devem ser aplicados em conjunto, de forma harmônica. O uso dessa ferramenta requer tal entendimento e atenção especial para os seguintes princípios (IAIA, 2009):

- Focalizada: o processo deve concentrar-se em fatores-chave e nos efeitos ambientais significativos, ou seja, nas questões que têm de ser consideradas na decisão.
- Adaptativa: o processo deve ser ajustado à realidade, às questões e às circunstâncias das propostas em análise, sem comprometer a integridade do processo; também deve ser iterativo, incorporando as lições aprendidas ao longo do ciclo de vida da proposta.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 31

Improcedem as alegações do recorrente.

d) Estruturação de informações pré-existentes, de modo a orientar avaliações e recomendações em novos casos.

Conforme IBAMA (https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2020/ibama-lanca-guia-de-avaliacao-de-impacto-ambiental-para-licenciamento-de-linhas-de-transmissao/20201229Guia_de_Avaliacao_de_Impacto_Ambiental.pdf):

A Avaliação de Impacto Ambiental conta com uma série de ferramentas que auxiliam na identificação dos impactos, por conseguinte, na tomada de decisão. Algumas dessas ferramentas têm como premissa a sistematização e utilização do conhecimento acumulado sobre as atividades habitualmente relacionadas a um tipo de projeto, bem como sobre os prováveis impactos gerados por essas atividades. Para além das boas práticas em AIA, a sistematização do conhecimento é uma ferramenta de gestão que vem sendo incorporada ao contexto da Administração Pública, com a finalidade de assegurar a qualidade dos serviços prestados à população e melhorar o desempenho organizacional (BATISTA, 2012).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 33

Improcedem as alegações do recorrente.

c) Previsto entre as penalidades cabíveis, podendo ser aplicado juntamente com a obrigação de reparar integralmente os danos, ainda que não haja comprovação de culpa.

Art 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

I - à multa simples ou diária, nos valores correspondentes, no mínimo, a 10 (dez) e, no máximo, a 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTNs, agravada em casos de reincidência específica, conforme dispuser o regulamento, vedada a sua cobrança pela União se já tiver sido aplicada pelo Estado, Distrito Federal, Territórios ou pelos Municípios.

II - à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;

III - à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

IV - à suspensão de sua atividade.

§ 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

§ 2º - No caso de omissão da autoridade estadual ou municipal, caberá ao Secretário do Meio Ambiente a aplicação das penalidades pecuniárias previstas neste artigo.

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos II e III deste artigo, o ato declaratório da perda, restrição ou suspensão será atribuição da autoridade administrativa ou financeira que concedeu os benefícios, incentivos ou financiamento, cumprindo resolução do CONAMA.

§ 5º A execução das garantias exigidas do poluidor não impede a aplicação das obrigações de indenização e reparação de danos previstas no § 1º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006)

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 38

Improcedem as alegações do recorrente.

b) o órgão consultivo e deliberativo, encarregado de acompanhar a implementação do SNUC, é o Conama; o órgão central, com a finalidade de coordenar o Sistema, é o Ministério do Meio Ambiente; e os órgãos executores, como o Instituto Chico Mendes, o Ibama (em caráter supletivo) e as instâncias estaduais e municipais, atuam na implementação, proposição e administração das unidades de conservação.

Conforme LEI No 9.985:

Art. 6º O SNUC será gerido pelos seguintes órgãos, com as respectivas atribuições:

I – Órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, com as atribuições de acompanhar a implementação do Sistema;

II - Órgão central: o Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de coordenar o Sistema;

III - órgãos executores: o Instituto Chico Mendes e o Ibama, em caráter supletivo, os órgãos estaduais e municipais, com a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação. (Redação dada pela Lei nº 11.516, 2007)

Parágrafo único. Podem integrar o SNUC, excepcionalmente e a critério do Conama, unidades de conservação estaduais e municipais que, concebidas para atender a peculiaridades regionais ou locais, possuam objetivos de manejo que não possam ser satisfatoriamente atendidos por nenhuma categoria prevista nesta Lei e cujas características permitam, em relação a estas, uma clara distinção.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 39

Improcedem as alegações do recorrente.

c) Apenas o item III está correto.

Conforme LEI Nº 12.651:

XII - vereda: fitofisionomia de savana, encontrada em solos hidromórficos, usualmente com a palmeira arbórea *Mauritia flexuosa* - buriti emergente, sem formar dossel, em meio a agrupamentos de espécies arbustivo-herbáceas; (Redação pela Lei nº 12.727, de 2012).

XIII - manguezal: ecossistema litorâneo que ocorre em terrenos baixos, sujeitos à ação das marés, formado por vasas lodosas recentes ou arenosas, às quais se associa, predominantemente, a vegetação natural conhecida como mangue, com influência fluviomarinha, típica de solos limosos de regiões estuarinas e com dispersão descontínua ao longo da costa brasileira, entre os Estados do Amapá e de Santa Catarina;

XIV - salgado ou marismas tropicais hipersalinos: áreas situadas em regiões com frequências de inundações intermediárias entre marés de sizígias e de quadratura, com solos cuja salinidade varia entre 100 (cem) e 150 (cento e cinquenta) partes por 1.000 (mil), onde pode ocorrer a presença de vegetação herbácea específica;

XV - apicum: áreas de solos hipersalinos situadas nas regiões entremarés superiores, inundadas apenas pelas marés de sizígias, que apresentam salinidade superior a 150 (cento e cinquenta) partes por 1.000 (mil), desprovidas de vegetação vascular;

XVI - restinga: depósito arenoso paralelo à linha da costa, de forma geralmente alongada, produzido por processos de sedimentação, onde se encontram diferentes comunidades que recebem influência marinha, com cobertura vegetal em mosaico, encontrada em praias, cordões arenosos, dunas e depressões, apresentando, de acordo com o estágio sucessional, estrato herbáceo, arbustivo e arbóreo, este último mais interiorizado;

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, estes foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com a decisão e fundamentação supra elencada, com base no Capítulo XIV do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 21 de outubro de 2025.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE

DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/2025

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao CARGO **002 – FISCAL AMBIENTAL**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2025 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 01

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a questão apresenta mais de um item correto. Dessa forma, a mesma será anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 03

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a questão NÃO apresenta um item correto. Dessa forma, a mesma será anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 04

Improcedem as alegações do recorrente.

O único item correto é aquele que apresenta “Predicativo.”, dessa forma, a questão permanece sem mudança ou anulação.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 06

Improcedem as alegações do recorrente.

“à saúde” - Complemento nominal

O substantivo “riscos” é um nome abstrato que expressa ideia de ação (quem tem risco, tem risco de algo ou a algo).

A expressão “à saúde” completa o sentido do substantivo “riscos” e vem introduzida por preposição, sem ter função de agente. Logo, é um complemento nominal.

Fontes: Evanildo Bechara, Moderna Gramática Portuguesa (37ª ed., p. 544), Celso Cunha & Lindley Cintra, Nova Gramática do Português Contemporâneo (2017, p. 572)

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 07

Improcedem as alegações do recorrente.

O único item correto é aquele que menciona “Ele lembra como a pandemia de covid-19, em particular, acelerou a transição para o uso de bicicletas em lugares como Bruxelas, Barcelona e especialmente Paris.”, dessa forma, a questão permanece.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 08

Improcedem as alegações do recorrente.

O único item correto é aquele que menciona “Advérbio.”, sendo assim, permanecendo a questão

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 09

Improcedem as alegações do recorrente.

“Precisamos realmente desenvolver a ação coletiva em vez de nos concentrarmos em ações individuais.”

“em vez de” = expressão formada por preposição + substantivo + preposição. Introduz um termo que indica substituição ou oposição (“em vez de nos concentrarmos...” = “ao invés de...” → “no lugar de”).

Classificação: locução prepositiva.

FONTES: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa (37ª ed., p. 553):

“Locução prepositiva é o conjunto de duas ou mais palavras que exercem o valor de preposição, como: abaixo de, a fim de, em vez de, junto de, por causa de.”

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo (2017, p. 605);

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 10

Improcedem as alegações do recorrente.

O único item correto é aquele que menciona “Advérbio relativo.”. Dessa forma, o item permanece.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 19

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a questão NÃO apresenta um item correto. Dessa forma, a mesma será anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 20

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a questão NÃO apresenta um item correto. Dessa forma, a mesma será anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 24

Improcedem as alegações do recorrente.

c) largura mínima de 100 metros nas zonas rurais, exceto quando o corpo d'água apresentar até 20 hectares de superfície, caso em que a faixa será de 50 metros; e de 30 metros nas zonas urbanas.

Conforme Lei nº 12.651:

II - as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de:

- a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;
- b) 30 (trinta) metros, em zonas urbanas;

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 25

Improcedem as alegações do recorrente.

b) em elevações naturais com mais de 100 metros de altura e inclinação média acima de 25°, demarcada a partir da curva de nível situada a dois terços da altura mínima, tomando como base a planície ou o ponto de sela mais próximo.

Conforme Lei nº 12.651:

IX - no topo de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 100 (cem) metros e inclinação média maior que 25°, as áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) da altura mínima da elevação sempre em relação à base, sendo esta definida pelo plano horizontal determinado por planície ou espelho d'água adjacente ou, nos relevos ondulados, pela cota do ponto de sela mais próximo da elevação;

X - as áreas em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação;

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 27

Improcedem as alegações do recorrente.

c) as infrações administrativas de menor lesividade, passíveis de advertência, correspondem às hipóteses em que a multa não exceda R\$ 1.000,00 ou, quando fixada por unidade de medida, respeite esse mesmo limite.

Conforme DECRETO Nº 6.514:

§ 1º Consideram-se infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente aquelas em que a multa consolidada não ultrapasse o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) ou, na hipótese de multa por unidade de medida, não exceda o valor referido. (Redação dada pelo Decreto nº 11.080, de 2022)

§ 2º Sem prejuízo do disposto no caput, caso o agente autuante constate a existência de irregularidades a serem sanadas, lavrará o auto de infração com a indicação da respectiva sanção de advertência, ocasião em que estabelecerá prazo para que o infrator sane tais irregularidades.

§ 3º Sanadas as irregularidades no prazo concedido, o agente autuante certificará o ocorrido nos autos e dará seguimento ao processo estabelecido no Capítulo II.

§ 4º Caso o autuado, por negligência ou dolo, deixe de sanar as irregularidades, o agente autuante certificará o ocorrido e aplicará a sanção de multa relativa à infração praticada, independentemente da advertência.

Art. 6º A sanção de advertência não excluirá a aplicação de outras sanções.

Art. 7º Fica vedada a aplicação de nova sanção de advertência no período de três anos contados do julgamento da defesa da última advertência ou de outra penalidade aplicada.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 28

Improcedem as alegações do recorrente.

d) a prescrição da ação da administração inicia-se com a prática do ato infracional, ou, no caso de infração continuada, do dia em que esta tiver cessado, podendo ser interrompida pelo recebimento do auto de infração, por qualquer ato inequívoco da administração ou pela decisão condenatória recorrível.

Conforme DECRETO Nº 6.514:

§ 2º Incide a prescrição no procedimento de apuração do auto de infração paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação. (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

§ 3º Quando o fato objeto da infração também constituir crime, a prescrição de que trata o caput reger-se-á pelo prazo previsto na lei penal.

§ 4º A prescrição da pretensão punitiva da administração não elide a obrigação de reparar o dano ambiental. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Art. 22. Interrompe-se a prescrição:

I - pelo recebimento do auto de infração ou pela cientificação do infrator por qualquer outro meio, inclusive por edital;

II - por qualquer ato inequívoco da administração que importe apuração do fato; e

III - pela decisão condenatória recorrível.

Parágrafo único. Considera-se ato inequívoco da administração, para o efeito do que dispõe o inciso II, aqueles que impliquem instrução do processo.

Art. 23. O disposto neste Capítulo não se aplica aos procedimentos relativos a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental de que trata o art. 17-B da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 29

Improcedem as alegações do recorrente.

c) R\$ 5.000,00 a R\$ 500.000,00

Conforme DECRETO Nº 6.514:

Art. 33. Explorar ou fazer uso comercial de imagem de animal silvestre mantido irregularmente em cativeiro ou em situação de abuso ou maus-tratos:

Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 30

Improcedem as alegações do recorrente.

d) Todos os itens estão corretos.

Conforme Cain, Michael L. Ecologia [recurso eletrônico] / Michael L. Cain, William D. Bowman, Sally D. Hacker ; revisão técnica: Fernando Joner, Paulo Luiz de Oliveira. – 3. ed. - Porto Alegre : Artmed, 2018.:

As taxas de ciclagem de nutrientes são controladas principalmente pela taxa de decomposição, que, por sua vez, é controlada pelo clima e pela química da serrapilheira. As perdas de nutrientes em ecossistemas terrestres podem ser estimadas medindo-se as saídas de nutrientes nos cursos d'água.

As mudanças nas quantidades relativas de nutrientes fornecidas por intemperismo e decomposição determinam a disponibilidade dos nutrientes específicos que limitam a produção primária nos diferentes estágios de desenvolvimento do ecossistema.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 33

Improcedem as alegações do recorrente.

d) rochas resultantes da evaporação de soluções salinas, como lagos ou mares rasos, apresentando fragilidade e plasticidade marcante.

Conforme Bastos, Frederico de Holanda Geomorfologia / Frederico de Holanda Bastos , Rubson Pinheiro Maia, Abner Monteiro Nunes Cordeiro. - Fortaleza : EdUECE, 2015. 138 p. :

- Argilosos, constituídos de detritos muito finos nos quais predominam minerais argilosos. Geralmente derivado de rochas tenras, indicando uma baixa resistência mecânica.
- Calcários, constituídos por cimentos de carbonato de cálcio. Sua resistência mecânica depende das propriedades da coesão e da cimentação.
- Silicosas, formadas de sílica são geralmente detríticas (arenitos e areias). A resistência mecânica também depende da cimentação.
- Salinas, denominadas de evaporitos, pois se formam depois de evaporação, como no caso da gipsita. São rochas frágeis, muito plásticas.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 34

Improcedem as alegações do recorrente.

c) uma propriedade diretamente associada com a velocidade da incisão linear e com o trabalho de desobstrução.

Conforme Bastos, Frederico de Holanda Geomorfologia / Frederico de Holanda Bastos , Rubson Pinheiro Maia, Abner Monteiro Nunes Cordeiro. - Fortaleza : EdUECE, 2015. 138 p. :

a) Grau de coesão: Trata-se de uma propriedade diretamente associada com a velocidade da incisão linear e com o trabalho de desobstrução. Nas rochas sedimentares, o grau de coesão está associado à natureza do cimento que liga os constituintes. Quanto mais coesos os agregados, mais resistente será a rocha com relação ao escoamento. Vale destacar que o cimento carbonático é mais solúvel do que o cimento silicoso.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 37

Improcedem as alegações do recorrente.

c) títulos da dívida pública, previamente aprovados pelo Senado Federal, resgatáveis em até dez anos, com prestações anuais iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e juros legais de seis por cento ao ano.

Conforme LEI No 10.257:

Art. 8º Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.

§ 1º Os títulos da dívida pública terão prévia aprovação pelo Senado Federal e serão resgatados no prazo de até dez anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais de seis por cento ao ano.

§ 2º O valor real da indenização:

I – refletirá o valor da base de cálculo do IPTU, descontado o montante incorporado em função de obras realizadas pelo Poder Público na área onde o mesmo se localiza após a notificação de que trata o § 2º do art. 5º desta Lei;

II – não computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.

§ 3º Os títulos de que trata este artigo não terão poder liberatório para pagamento de tributos.

§ 4º O Município procederá ao adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de cinco anos, contado a partir da sua incorporação ao patrimônio público.

§ 5º O aproveitamento do imóvel poderá ser efetivado diretamente pelo Poder Público ou por meio de alienação ou concessão a terceiros, observando-se, nesses casos, o devido procedimento licitatório.

§ 6º Ficam mantidas para o adquirente de imóvel nos termos do § 5º as mesmas obrigações de parcelamento, edificação ou utilização previstas no art. 5º desta Lei.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, estes foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com a decisão e fundamentação supra elencada, com base no Capítulo XIV do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 21 de outubro de 2025.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE

DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/2025

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao CARGO **003 – FISCAL DE CONTROLE URBANO**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2025 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 01

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a questão apresenta mais de um item correto. Dessa forma, a mesma será anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 03

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a questão NÃO apresenta um item correto. Dessa forma, a mesma será anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 06

Improcedem as alegações do recorrente.

“à saúde” - Complemento nominal

O substantivo “riscos” é um nome abstrato que expressa ideia de ação (quem tem risco, tem risco de algo ou a algo).

A expressão “à saúde” completa o sentido do substantivo “riscos” e vem introduzida por preposição, sem ter função de agente. Logo, é um complemento nominal.

Fontes: Evanildo Bechara, Moderna Gramática Portuguesa (37ª ed., p. 544), Celso Cunha & Lindley Cintra, Nova Gramática do Português Contemporâneo (2017, p. 572)

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 07

Improcedem as alegações do recorrente.

O único item correto é aquele que menciona “Ele lembra como a pandemia de covid-19, em particular, acelerou a transição para o uso de bicicletas em lugares como Bruxelas, Barcelona e especialmente Paris.”, dessa forma, a questão permanece.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 08

Improcedem as alegações do recorrente.

O único item correto é aquele que menciona “Advérbio.”, sendo assim, permanecendo a questão

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 10

Improcedem as alegações do recorrente.

O único item correto é aquele que menciona “Advérbio relativo.”. Dessa forma, o item permanece.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 12

Improcedem as alegações do recorrente.

- a) Unidade Lógica e Aritmética – ROM → A ULA faz cálculos, não coordena; e a ROM não é temporária.
- c) Registrador – Cache → Ambos são memórias internas do processador, mas o texto fala de coordenação e memória de armazenamento temporário, o que não se aplica.
- d) Memória Principal – HD → O HD é armazenamento permanente, não temporário.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 15

Improcedem as alegações do recorrente.

“Conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes.” - Correta. Corresponde exatamente ao art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021.

FONTES: BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 16

Improcedem as alegações do recorrente.

De acordo com a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), especialmente após as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, os atos de improbidade podem acarretar as seguintes sanções, conforme a gravidade do ato e o tipo de improbidade:

Perda da função pública;

Suspensão (e não cassação) dos direitos políticos;

Multa civil;

Ressarcimento ao erário;

Indisponibilidade dos bens.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 19

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a questão NÃO apresenta um item correto. Dessa forma, a mesma será anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 20

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a questão NÃO apresenta um item correto. Dessa forma, a mesma será anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 21

Improcedem as alegações do recorrente.

c) o fiscal constata desconformidades, lavra termo de ocorrência e encaminha à autoridade superior, que poderá expedir auto de infração e intimar o interessado. Conforme MAGALHÃES, F. L. E.. O poder de polícia municipal no licenciamento urbanístico e controle de edificações. Revista Eletrônica da OAB/RJ, v. 30, p. 1, 2019.: Mesmo previamente licenciadas, as obras urbanas precisam ser fiscalizadas durante a sua execução, para assegurar-se de sua conformidade ao alvará expedido. O fiscal que inspecioná-las lavrará termo de ocorrência das irregularidades que constatar, encaminhando-o à autoridade superior, a qual, se for o caso, expedirá auto de infração e intimará o interessado para regularizar a construção.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 22

Procedem as alegações do recorrente.

d) reclusão, de dois a doze anos, além de multa.

Conforme DECRETO-LEI No 2.848:

Peculato

Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

Corresponde a mudança de Gabarito, na Prova 02, de D para C.

DEFERIDO

Questão 23

Procedem as alegações do recorrente.

b) a obrigação do proprietário, inquilino e ocupante em zelar integralmente pela limpeza e conservação do imóvel, garantindo que não afete a qualidade do espaço público ou represente risco à saúde e à segurança.

Conforme CÓDIGO DE POSTURAS LIMOEIRO DO NORTE-CE:

Art. 11 O proprietário, inquilino e ocupante são obrigados a zelar pela limpeza e conservação de seu imóvel integralmente, de modo a não prejudicar a qualidade do espaço público e não representar ameaça à segurança e à saúde pública. §1º Os terrenos vagos, com edificação ou em construção devem ser mantidos limpos, capinados, drenados e fechados. §2º As edificações devem ser mantidas em boas condições de conservação e estabilidade estrutural.

Corresponde a mudança de Gabarito, na Prova 02, de C para B.

DEFERIDO

Questão 28

Improcedem as alegações do recorrente.

b) é instrumento probatório dotado de eficácia semelhante ao original, desde que autenticada, podendo ser de inteiro teor ou resumida.

Conforme Meirelles, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro / Hely Lopes Meirelles, José Emmanuel Burle Filho. - 42. ed. / atual. até a Emenda Constitucional 90, de 15.9.2015. - São Paulo : Malheiros, 2016. 968 p.:

4.4.1 Certidões - Certidões administrativas são cópias ou fotocópias fiéis e autenticadas de atos ou fatos constantes de processo, livro ou do documento que se encontre nas repartições públicas.⁷⁵ Podem ser de inteiro teor, ou resumidas, desde que expressem fielmente o que se contém no original de onde foram extraídas. Em tais atos o Poder Público não manifesta sua vontade, limitando-se a trasladar para o documento a ser fornecido ao interessado o que, consta de seus arquivos. As certidões administrativas, desde que autenticadas, têm o mesmo valor probante do original, como do documentos públicos que são (CC, art. 212, II; CPC/73, arts. 364 e 365, III

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 32

Improcedem as alegações do recorrente.

d) são serviços de utilização particular e mensurável, como energia elétrica, que geram direito subjetivo à sua obtenção aos administrados da área de prestação, e cuja cobrança deve ocorrer por taxa ou tarifa, e não por imposto.

Conforme Meirelles, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro / Hely Lopes Meirelles, José Emmanuel Burle Filho. - 42. ed. / atual. até a Emenda Constitucional 90, de 15.9.2015. - São Paulo : Malheiros, 2016. 968 p.:

1.1.2.8 Serviços uti singuli ou individuais: são os que têm usuários de terminados e utilização particular e mensurável para cada destinatário, como ocorre com o telefone, a água, o transporte coletivo e individual¹⁴ e o uso de rodovia, energia elétrica e outros. Esses serviços, desde que implantados, geram direito subjetivo à sua obtenção para todos os administrados que se encontrem na área de sua prestação ou fornecimento e satisfaçam as exigências regulamentares. São sempre serviços de utilização individual, facultativa e mensurável, pelo quê devem ser remunerados por taxa (tributo) ou tarifa (preço público), e não por imposto.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 35

Procedem as alegações do recorrente.

d) os bens das empresas estatais mantêm sua natureza pública e destinação de interesse público, mesmo administrados por entidade privada, sujeitando-se a normas de Direito Público, reversão ao Estado em caso de extinção da entidade e invalidação de atos que os lesionem. Conforme Meirelles, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro / Hely Lopes Meirelles, José Emmanuel Burle Filho. - 42. ed. / atual. até a Emenda Constitucional 90, de 15.9.2015. - São Paulo : Malheiros, 2016. 968 p.: Quanto aos bens das empresas estatais (empresas públicas e sociedades de economia mista), entendemos que são, também, bens públicos com destinação especial e administração particular das instituições a que foram transferidos para consecução dos fins estatutários. A origem e a natureza total ou predominante desses bens continuam públicas; sua destinação é de interesse público; apenas sua administração é confiada a uma entidade de personalidade privada, que os utilizará na forma da lei instituidora e do esta tuto regedor da instituição. A destinação especial desses bens sujeita-os aos preceitos da lei que autorizou a transferência do patrimônio estatal ao paraestatal, a fim de atender aos objetivos visados pelo Poder Público criador da entidade. Esse patrimônio, embora incorporado a uma instituição de personalidade privada, continua vinculado ao serviço público, apenas prestado de forma descentralizada ou indireta por uma empresa estatal, de estrutura comercial, civil ou, mesmo, especial. Mas, lato sensu, é patrimônio público, tanto assim que na extinção da entidade reverte ao ente estatal que o criou, e qualquer ato que o lese poderá ser invalidado por ação popular (Lei federal 4.717/65, art. 1º). A despeito de serem bens públicos, dada sua destinação especial as organizações de personalidade privada e sua administração em moldes particulares, os bens das empresas estatais prestam-se a oneração como garantia real e sujeitam-se a penhora por dívidas da entidade, como, também, podem ser alienados rta forma estatutária, independentemente de lei autorizativa, se móveis. Os bens imóveis dependem de lei para sua alienação (Lei 8.666/93, art. 17, I). No mais, regem-se pelas normas do Direito Público, inclusive quanto à imprescritibilidade por usucapião, uma vez que, se desviados dos fin;; especiais a que foram destinados, retornam à sua condição originária do patrimônio de que se destacaram. · · Não há outro raciocínio a seguir, porque, se tais bens pertenciam ao Estado e foram transferidos com destinação especial a uma empresa do Estado, desde o momento em que esta os abandona, ao ponto de serem apossa dos por terceiros, tais bens, que já permaneciam na órbita estatal, apenas uti lizados pela Administração descentralizada, reincorporam-se no patrimônio da entidade centralizada que os cedera tão somente para o fim estabelecido na lei autorizadora da instituição estatal.

Corresponde a mudança de Gabarito, na Prova 01 e 02, de A para D.

DEFERIDO

Questão 38

Improcedem as alegações do recorrente.

c) o valor de LAF_{max} exceder o de $LA_{eq,T}$ em pelo menos 6 dB, devendo o relatório incluir o tempo de integração T e a justificativa da escolha.

Conforme nbr 10151:

A caracterização de som impulsivo, decorrente da(s) fonte(s) sonora(s) objeto de medição, se dá quando o resultado da subtração aritmética entre LAF_{max} e o $LA_{eq,T}$, medido durante a ocorrência do som impulsivo, for igual ou superior a 6 dB ($LAF_{max} - LA_{eq,T} \geq 6$ dB). Deve constar no relatório o tempo de integração T e a justificativa de sua escolha.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 40

Improcedem as alegações do recorrente.

d) escritura e registro, sendo irretratáveis os atos administrativos anteriores, passíveis de alteração apenas por decisão judicial ou acordo entre as partes.

Conforme Meirelles, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro / Hely Lopes Meirelles, José Emmanuel Burle Filho. - 42. ed. / atual. até a Emenda Constitucional 90, de 15.9.2015. - São Paulo : Malheiros, 2016. 968 p.:

A administração dos bens públicos rege-se pelas normas do Direito Público, aplicando-se supletivamente os preceitos do Direito Privado no que aquelas forem falhas ou omissas. Observe-se, desde logo, que a transferência da propriedade dos bens imóveis se opera segundo as normas e instrumentos civis (escritura e registro), sendo os atos e procedimentos administrativos que a antecedem meras formalidades internas que não afetam a substância negocial do contrato civil realizado entre a Administração e o particular. Por essa razão e que, uma vez feito o registro, ou simplesmente assinada a escritura, tornam-se irretratáveis os atos ou procedimentos administrativos

precedentes e a transferencia do dominio so podera ser modificada ou invalidada por via judicial ou por acordo entre as partes.

Todo bem publico fica sujeito ao regime administrativo pertinente ao seu uso, conservacao ou alienacao. Embora utilizados coletivamente pelo povo ou individualmente por alguns usuarios, cabem sempre ao Poder Publico a administracao e a protecao de seus bens, podendo valer-se dos meios judiciais comuns e especiais para a garantia da propriedade e defesa da posse. E admissivel ate mesmo o mandado de seguranca para a protecao de direito liquido e certo concernente ao dominio publico, desde que a ofensa provenha de ato de outra autoridade publica.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, estes foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com a decisão e fundamentação supra elencada, com base no Capítulo XIV do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 21 de outubro de 2025.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE

DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/2025

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao CARGO **004 – INSPETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2025 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 01

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a questão apresenta mais de um item correto. Dessa forma, a mesma será anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 03

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a questão NÃO apresenta um item correto. Dessa forma, a mesma será anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 05

Improcedem as alegações do recorrente.

- a) “que” conecta, mas exerce função de sujeito ou é parte de oração subordinada substantiva (não objeto direto).
- b) “que” funciona como sujeito de “trabalha em campanhas de mídia”.
- c) “que” funciona como sujeito de “são melhores para o meio ambiente”.

FONTES: CUNHA, Celso; CINTRA, Luiz F. Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38ª ed., 2020.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 08

Improcedem as alegações do recorrente.

O único item correto é aquele que menciona “Advérbio.”, sendo assim, permanecendo a questão

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 12

Improcedem as alegações do recorrente.

a) Unidade Lógica e Aritmética – ROM

A ULA executa operações, mas não busca ou decodifica instruções.

ROM é memória somente leitura, não para armazenamento temporário em processamento.

b) Unidade de Controle – RAM

Corresponde corretamente às funções descritas no texto.

c) Registrador – Cache

Registradores são armazenamentos internos do processador, não coordenam instruções.

Cache é memória intermediária, não necessariamente a que é usada diretamente pelo processador para todos os dados.

d) Memória Principal – HD

HD é armazenamento permanente, lento e não volátil; não se encaixa na função de “armazenamento temporário e rápido acesso”.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 19

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a questão NÃO apresenta um item correto. Dessa forma, a mesma será anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 20

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a questão NÃO apresenta um item correto. Dessa forma, a mesma será anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 25

Improcedem as alegações do recorrente.

a) fluxo de ar conduzido em trajetória helicoidal, cuja força centrífuga induz a deposição de partículas maiores, assegura remoção parcial e limitada das frações médias e finas. Conforme Introdução à engenharia ambiental – 2a . ed Vários autores. São Paulo :Pearson Prentice Hall, 2005.:

- Separador tipo ciclone (Figura 10.12.c): esse equipamento remove de 50% a 90% das partículas grandes, mas muito pouco do material médio e fino. Nesse caso, a fumaça é forçada a passar por um duto na forma de parafuso, e a perda de carga gerada permite a deposição do material, que é recolhido na base do equipamento (força centrífuga).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 28

Improcedem as alegações do recorrente.

a) NOB 91

Conforme Preuss, L. T.. (2018). A gestão do Sistema Único de Saúde no Brasil e as regiões de fronteira em pauta. Revista Katálýsis, 21(2), 324–335. <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n2p324>:

A NOB 91 (BRASIL, 1991), editada pela Presidência do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), foi escrita segundo a cultura prevalecente naquela instituição de assistência médica. Com forte conotação centralizadora, objetivou regularizar o processo de descentralização políticoadministrativa, estabelecendo parâmetros para sua garantia, responsabilidades e critérios de financiamento das ações e serviços, instituindo um sistema de alocação de recursos determinada pela capacidade instalada, retirando dos gestores estaduais e municipais do SUS qualquer poder na definição do processo alocativo (MARQUES; MENDES, 2003).

Esta NOB introduziu a relação direta do Ministério da Saúde com as secretarias municipais de saúde através de convênios de municipalização, convênios que transformavam os serviços de natureza pública - municipais - em prestadores ressarcidos financeiramente de acordo com a produção. Introduziu, também, critérios de transferências de recursos do Ministério da Saúde somente por remuneração da produção de serviços, inibindo a autonomia gestora dos governos locais. Isto porque os recursos de assistência à saúde, quando creditados para as unidades ambulatoriais e hospitalares prestadoras de serviços, não podiam ser executados diretamente pelos municípios/secretarias de saúde (BRASIL, 1991). Pela NOB 91, os municípios eram transformados em entidades produtoras de procedimentos de assistência médica, igualando-se àquelas de natureza privada e filantrópica (MARQUES; MENDES, 2003).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 29

Improcedem as alegações do recorrente.

c) um sistema preventivo e corretivo.

Conforme resolução 216:

2.5 Controle Integrado de Vetores e Pragas Urbanas: sistema que incorpora ações preventivas e corretivas destinadas a impedir a atração, o abrigo, o acesso e ou a proliferação de vetores e pragas urbanas que comprometam a qualidade higiênico-sanitária do alimento.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 30

Improcedem as alegações do recorrente.

d) vigilância passiva.

Conforme Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília : Ministério da Saúde, 2016.:

Vigilância passiva Caracteriza-se por viabilizar meios para a identificação oportuna e precoce de uma situação de risco real (iminente) relacionada a zoonoses ou de ocorrência de zoonoses na área em questão, possibilitando que a área de vigilância de zoonoses local possa intervir com ações de controle

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, estes foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com a decisão e fundamentação supra elencada, com base no Capítulo XIV do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 21 de outubro de 2025.

INSTITUTO CONSULPAM